

AS IMPLICAÇÕES PRAGMÁTICAS DA TEOLOGIA DA HISTÓRIA PLINIANA NO COTIDIANO TEFEPISTA*

Gizele Zanotto**

Resumo: Neste trabalho analisaremos a compreensão de teologia da história presente nas obras de Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995), destacado líder do laicato paulista nas décadas de 1930/40, expoente do integrismo católico no Brasil, e fundador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Sociedade - TFP (1960). Nas suas obras analisadas o autor elabora uma compreensão não apenas doutrinária sobre o tema da teologia da história, discorrendo sobre seu teor conceitual e empírico, mas também nos apresenta uma concepção essencialmente pragmática dos seus estudos, visto que esta doutrina soteriológica e escatológica deveria ordenar o pensamento e ação dos católicos em todas as instâncias de suas vidas, visando sua atuação terrena e, especialmente, sua salvação.

Palavras-chave: Plínio Corrêa de Oliveira; teologia da história; Tradição, Família e Propriedade (TFP)

THE PRAGMATIC IMPLICATIONS OF PLINIAN HISTORY'S TEOLOGY ON TEFEPIST QUOTIDIAN

Abstract: In this paper we are going to analyze the comprehension of history's teology existent on the work of Plinio Correa de Oliveira (1908-1995), distinguished leader of paulistas laics on the 30's and 40's, exponent of catholic integrism in Brazil, and the founder of Brazilian Society for the Defense of Tradition, Family and Property – TFP (1960). On your analyzed works the author elaborates a comprehension not only doctrinal about the history's theology theme, discoursing on your conceptual and empirical purport, but present us either a conception essentially pragmatic of your studies, considering that the soteriological and eschatological doctrine should order the thought and the action of catholic in all instance of their lives, aiming their terrestrial actuation and specially their salvation.

Key-words: Plinio Corrêa de Oliveira; history's teology; Tradition, Family and Property (TFP)

* Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no IV Congresso Internacional de História, realizado em setembro de 2009, em Maringá/PR. Sugestões e críticas ao mesmo foram, na medida do possível, adidas a esta versão final. Neste sentido, agradeço a todos os participantes do Grupo de Trabalho História e Idéias Religiosas pelo diálogo e contribuições.

** Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente no Curso de Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História de Passo Fundo (UPF). Email: gizele@upf.br

Neste artigo objetivamos analisar a compreensão de teologia da história presente nas obras de Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995), destacado líder do laicato paulista nas décadas de 1930/40, expoente do integrismo católico no Brasil, e fundador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Sociedade - TFP (1960). Partindo da problemática acerca das implicações pragmáticas da teologia da história sistematizada por Plínio no cotidiano da TFP, apresentaremos, inicialmente, dados biográficos do autor analisado para, em seguida, elencar e refletir sobre sua proposta de compreensão histórica e as implicações práticas dela decorrentes na ação cotidiana dos tefepistas.

PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA: LÍDER DOUTRINÁRIO E PRAGMÁTICO



Figura 1 - Plínio Corrêa de Oliveira.

Fonte: <http://www.pliniocorreadeoliveira.info>

Plínio Corrêa de Oliveira nasceu na cidade de São Paulo, em 13 de dezembro de 1908, filho do advogado João Paulo Corrêa de Oliveira e Lucília Ribeiro dos Santos¹. Plínio iniciou seus estudos no *Colégio São Luis* da capital paulista, dirigido pelos jesuítas e consagrado pela educação rígida e pela disciplina. Aos 17 anos, quando completou os estudos básicos no *Colégio São Luís*, inscreveu-se na *Faculdade de Direito de São Paulo*, curso que completou quatro anos depois. Foi no meio universitário que principiou a militância católica. Em 1928 iniciou sua participação na *Congregação Mariana da Legião de São Pedro*, anexa a Paróquia da Santa

¹ Em interessante obra acerca da genealogia dos cristãos-novos no Brasil, Paulo Valadares apresenta algumas informações acerca dos antepassados de Plínio Corrêa de Oliveira em capítulo intitulado *Dominus Plinius: um sonhador de secretas redensões*. O destaque está na ascendência de cristãos-novos, místicos, espíritas e carmelitas entre os parentes de Plínio. Segundo a argumentação do autor, parte da religiosidade forjada no interior da TFP traz a marca de influências místicas de várias origens (judaicas, cabalísticas, cristãs) entre os símbolos da TFP e do grupo iniciático formado em seu interior, denominado *Sempre Viva* (Sobre a religiosidade tefepista ver: ZANOTTO, 2007, p. 198ss). VALADARES, Paulo. *A Presença Oculta: Genealogia, Identidade e Cultura Cristã-Nova brasileira nos séculos XIX e XX*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2007. P. 250ss.

Cecília/SP. No ano seguinte, juntamente com outros congregados marianos, fundou a *Ação Universitária Católica* (AUC) na Faculdade de Direito.

Estas atividades inserem-se no contexto amplo de atuação da Igreja neste período, que foi marcado pela tentativa de recristianização da sociedade. As estratégias mais utilizadas para tentar obter resultados favoráveis frente à sociedade brasileira foram uma tentativa de aproximação com o poder político, a busca pela conquista doutrinária do povo e o recrutamento de intelectuais para difundir o catolicismo em todos os meios. Em obra publicada no contexto dos 10 anos de falecimento de Plínio, os líderes da Associação dos Fundadores da TFP (AFTFP)² rememoram este período da vida de seu líder, justamente destacando este ímpeto informativo e recristianizador propalado intensamente pelas então lideranças católicas e tido como marco do pensamento e atuação pliniana posterior:

para Plínio Corrêa de Oliveira a Igreja necessitava exatamente congregar leigos católicos que estivessem dispostos a agir sobre a sociedade em geral, dando-lhes consciência de que esta era vítima de uma ação descristianizante – mais ou menos subreptícia e paulatina – nos modos de ser, de se comportar, de viver e de pensar, que visava alterar os costumes, as leis como debilitar as instituições. Com tal arregimentação visava ele ajudar a criar uma mentalidade oposta, dando ânimo aos que pretendessem reagir.

Tratava-se, pois, de empreender uma cruzada que apontasse os erros da imensa Revolução que minava os fundamentos da sociedade temporal e, por via de consequência, da própria Igreja. E, ao mesmo tempo, labutar por uma cultura e uma civilização cristãs, às quais o católico deveria aspirar. (DIRETORES DA AFTFP. In: ASSOCIAÇÃO DOS FUNDADORES DA TFP – TRADIÇÃO FAMÍLIA PROPRIEDADE, 2005, p.19)

² Após a morte de Plínio disputas internas pelo poder, perfil da entidade e pelo controle dos bens passaram a ser comuns. Tais contendas resultaram na aglutinação dos tefepistas em basicamente dois grupos que disputam o controle da TFP (judicialmente desde 1997) são: a) sócios fundadores – representados desde 2004 pela *Associação dos Fundadores da TFP* (2004) enquanto aguardam uma decisão definitiva da justiça brasileira sobre o caso; b) grupos da segunda e especialmente terceira geração que, após a morte de Plínio, passaram a disputar na justiça seu direito de voto e decisão na TFP e que, após o afastamento da entidade derivado de tal discordância e sob a liderança de João Scognamiglio Clá Dias, fundaram uma nova associação representativa de seus anseios e ideais (especialmente a criação de uma ala feminina, o controle financeiro de campanhas e a aproximação e legitimação junto ao Vaticano): a *Associação Arautos do Evangelho* (1999) – elevada em 2001 a categoria de *Associação Internacional de Direito Pontifício* pelo falecido Papa João Paulo II. Em 2004 este grupo, embora ocultando o vínculo com os *Arautos do Evangelho*, obteve na justiça o direito efetivo de dirigir a TFP – com a decisão favorável ao voto universal de todos os sócios e a eleição de uma nova diretoria em Assembléia questionada pelos antigos dirigentes, que fundam a AFTFP neste contexto.

Derivada do mesmo ímpeto recristianizador foi criada a *Liga Eleitoral Católica* (LEC) no ano de 1932, entidade extrapartidária que aglutinou candidatos de todo o país que concordassem em lutar pela pauta mínima de reivindicações dos católicos, caso fossem eleitos para compor a Assembléia Constituinte instaurada pelo presidente Getúlio Vargas. O objetivo principal era mobilizar o eleitorado católico para que apoiasse os candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja. Plínio, que participou da fundação da LEC, foi um dos candidatos católicos que concorreram pela chapa *Frente Única por São Paulo Unido*³. Foi eleito com 24.017 votos (9,5% do total), sendo o candidato mais votado do país. Pouco depois também assumiu a cátedra de História da Civilização na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e História Moderna e Contemporânea nas Faculdades *Sedes Sapientiae* e São Bento, ambas da Pontifícia Universidade Católica paulista.

Ainda em 1933, Plínio assumiu a direção do jornal *O Legionário*⁴, quando o mesmo passou a ser o órgão oficioso da Arquidiocese de São Paulo (antes era representante da Congregação Mariana da Paróquia de Santa Cecília). *O Legionário* colocou-se claramente dentro da estratégia de reconquista da posição de religião oficial pelo catolicismo pressionando o Estado com o peso da maioria católica do povo brasileiro, e, oferecendo em troca a aliança com a Igreja e a legitimação do poder. Em 1940, Dom José Gaspar de Affonseca e Silva, Arcebispo de São Paulo, confiou a Plínio a presidência da *Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista*. Embora sua influência tendesse para um catolicismo “tradicional”, outras orientações foram seguidas pela *Ação Católica* no Brasil. Em especial, um confronto se estabeleceu entre Plínio – AC/SP – e Alceu Amoroso Lima – AC/RJ, líderes que aglutinavam as duas posições em confronto no interior deste movimento católico. Determinado a seguir em frente na sua luta contra o “mal” que corrompia a sociedade, Plínio optou por escrever uma obra sobre a *Ação Católica*, na qual faria um diagnóstico dos desvios que a afligiam e, em contrapartida, confrontaria sua postura com a de Amoroso Lima, que escrevera a obra *Elementos de Ação Católica* em 1938. Tal decisão foi apoiada pelo vigário geral da Arquidiocese, Padre Antônio de Castro Mayer, e autorizada e

³ Esta chapa agregou o Partido Republicano Paulista (PRP), o Partido Democrático (PD), a Federação dos Voluntários, a LEC e a Associação Comercial. KORNIS, FLAKSMAN, Liga Eleitoral Católica (LEC). In: ABREU, Vol. III, 2001, p. 1819.

⁴ O *Legionário* foi criado em 29 de maio de 1927 pelo Monsenhor Marcondes Pedrosa. Seu público alvo era o movimento católico, objetivava orientar o mesmo operativa e doutrinariamente. MATTEI, 1997. p. 74.

prefaciada pelo Núncio Apostólico Dom Bento de Aloisi Masela. A obra foi publicada sob o título *Em Defesa da Ação Católica* (1943) e segundo seu autor, serviu como “um brado de alarma contra germes de laicismo, liberalismo e igualitarismo que começavam a invadir a Ação Católica” (OLIVEIRA, 1996, p. 15). A publicação do livro efetivou o rompimento dos conservadores com a *Ação Católica*. Em 1943, com a nomeação de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta ao Arcebispado de SP, cessou a influência dos conservadores na liderança do movimento católico paulista. A repercussão negativa ocorrida em setores católicos ocasionou retaliações que culminaram com o afastamento de Plínio e seu grupo também da edição do jornal, em 1947.

Plínio descreveu o período subsequente à publicação do livro como de “ostracismo”, ou proscrição/exílio, devido à perda de espaço para expor suas teses em ambientes católicos. Mesmo estando nesta situação marginal, o grupo remanescente não se dispersou. Após alguns anos de “silêncio”, alguns eventos alteraram esta proscrição para os envolvidos com as idéias de Plínio: a elevação do Pe. Sigaud à posição de Bispo de Jacarezinho/PR, como também a nomeação do Mons. Mayer a Bispo-Coadjutor de Campos/RJ evidenciavam, no entender deste grupo, que Roma os defendia e os reconhecia como “*defensores da Fé*” (TAVEIRO, 2001, p.25). Outro episódio que viria a corroborar tal compreensão foi o recebimento, por Plínio Corrêa de Oliveira, de uma carta da Santa Sé na qual a obra *Em Defesa da Ação Católica* era louvada pelo Secretário de Estado da Santa Sé, J. B. Montini (futuro Paulo VI), em nome do Papa Pio XII⁵. A aprovação pontifícia não ocasionou um abrandamento de posições entre os considerados “progressistas”, mas a reviravolta ocorreu quando, em 1951, o então Bispo de Campos, Dom Antônio de Castro Mayer, fundou o mensário de cultura e atualidades *Catolicismo* e convidou o grupo fiel a Plínio para colaborar com a publicação. O

⁵ “Palácio do Vaticano, 26 de fevereiro de 1949. Preclaro Senhor, Levado por tua dedicação e piedade filial ofereceste ao Santo Padre o livro “Em defesa da Ação Católica”, em cujo trabalho revelaste aprimorado cuidado e aturada diligência. Sua Santidade regozija-se contigo porque explanaste e defendeste com penetração e clareza a Ação Católica, da qual possuis um conhecimento completo, e à qual tens em grande apreço, de tal modo que se tornou claro para todos quão importante é estudar e promover tal forma auxiliar de apostolado hierárquico. O Augusto Pontífice de todo o coração faz votos que deste teu trabalho resultem ricos e sazonados frutos, e colhas não pequenas nem poucas consolações. E como penhor de que assim seja, te concede a Bênção Apostólica. Entrementes, com a devida consideração, me declaro teu muito devotado, (a) J. B. Montini, Substituto”. A carta foi originalmente escrita na língua latina e apresenta-se traduzida na obra consultada. Apud: SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE, 1980. p. 437.

objetivo principal do mensário era alertar e estimular a elite católica na luta contra os fatores de deterioração religiosa, moral e cultural do neopaganismo e, principalmente, promover a reação contra o progressismo e esquerdismo católico.

Com este novo veículo de informação, o mensário *Catolicismo*, parte das forças conservadoras da Igreja foram novamente aglutinadas e, com a publicação do estudo de Plínio Corrêa de Oliveira intitulado *Revolução e Contra-Revolução* (1959), efetivou-se a criação de uma associação civil por estes leigos católicos. O texto dedica-se a esclarecer os leitores acerca do que seria a Revolução, suas táticas, objetivos e agentes. A Revolução é definida como “um movimento que visa destruir um poder ou uma ordem legítima e pôr em seu lugar um estado de coisas (...) ou um poder ilegítimo” (OLIVEIRA, 1993, p.55). Partindo do diagnóstico de que há uma crise do homem contemporâneo, em especial do homem ocidental e cristão, Plínio analisa como esta crise é apenas um aspecto de uma crise maior, do próprio homem, cuja raiz está nos problemas da alma, de onde se estenderiam a todos os aspectos da vida contemporânea (OLIVEIRA, 1998, p.17ss). Tal crise teria como características ser universal, una, total, dominante e processiva – daí sua gravidade e a necessidade urgente de resolver a questão visto ser condicionada por fatores de toda ordem (culturais, sociais, econômicos, étnicos, geográficos, etc.) que tiveram como grandes feitos/eventos a decadência da Idade Média, a Pseudo-Reforma e Renascença, a Revolução Francesa, o Comunismo e a Revolução Cultural de 1968.

Neste sentido, Plínio defende que a Revolução se aprofunda por fases, por metamorfoses, que a vão aprofundando e afastando cada vez mais os homens das “verdades” eternas e imutáveis da Igreja Católica. Seus agentes seriam as seitas, cuja seita-mestra seria a Maçonaria, em torno da qual outras forças auxiliares se aglutinariam. Tal processo, complexo em essência, não seria possível sem uma coordenação organizada, encabeçada pela judeu-maçonaria, entretanto, há que se destacar:

O inimigo “judaico-maçônico” (sic) não é o que parece ser. Não é o judeu biológico, vamos chamar assim, mas o que eles identificaram como “judeus”: os Papas desde Pio X (Paulo VI foi o maior “judeu” segundo eles [tefepistas]) e o clero liberal, o capital financeiro, o protestantismo, a sociedade moderna americanizada, a República, a imprensa hostil... etc., etc. (VALADARES, 2007, p.253)

A força profunda da Revolução derivaria do orgulho e das paixões desordenadas, ou seja, das paixões instigadoras do pecado derivadas da carne, dos olhos e da soberba da vida. Neste sentido, a Revolução é tida como “filha do pecado”, e mais, ela tende a negligenciar e negar a própria noção de pecado por sistemas filosóficos e jurídicos que negam a validade e existência da moral e por processos de propaganda que criam nas multidões um estado de alma que se abstrai sua compreensão (OLIVEIRA, 1998, p.62ss). Assim, para Plínio,

é a própria noção de pecado, a distinção mesma entre o bem e o mal, que a Revolução vai destruindo no homem contemporâneo. E ipso facto, vai ela negando a Redenção de Nosso Senhor Jesus Cristo, que, sem o pecado, se torna incompreensível e perde qualquer relação lógica com a História e a vida. (OLIVEIRA, 1998, p.84)

Segundo Plínio, ainda duas forças estariam facilitando o processo revolucionário: o orgulho e a sensualidade. O orgulho seria o fator do igualitarismo, da mesma forma que a sensualidade estaria na raiz do liberalismo – ambos os ímpetos constituiriam os valores metafísicos da Revolução e, por si só, deveriam ser barrados visando o bem comum e a recristianização da sociedade. Adidos a tal compreensão, estaria o valoroso trabalho dos contra-revolucionários, homens dedicados a barrar a Revolução por todos os meios lícitos e reinstaurar a Ordem social. Segundo Plínio, a Contra-Revolução é a restauração da Ordem, “a paz de Cristo no reino de Cristo (...) a civilização cristã, austera e hierárquica, fundamentalmente sacral, antiigualitária e antiliberal” (OLIVEIRA, 1998, p.93). Neste sentido, o movimento contra-revolucionário coloca-se como auxiliar da salvação da Igreja frente a esta força poderosa e maléfica que a destrói.

Com *Revolução e Contra-Revolução* fica consolidado o vínculo pliniano/tefepista com o denominado integrismo católico⁶, doutrina que se opõe aos grupos defensores de propostas

⁶ Segundo Pierucci, o integrismo deriva de uma crise interna do catolicismo intransigente em fins do século XIX, embora o termo integrista só viesse a ser utilizado no século posterior. Os principais elementos caracterizadores da doutrina integrista revelam sua adesão incondicional à tradição e ao papado. O integrismo parte da convicção de que a autoridade sacra para a qual se preconiza uma inerrância literal é o texto papal (destacamos: de determinados pontífices!), e não a Sagrada Escritura. O zelo militante de religiosos e leigos defensores deste catolicismo é pautado pela defesa dos valores religiosos ameaçados de decomposição pelo nocivo efeito da modernidade, que é concebida como a síndrome antagônica à tradição que se quer preservar, ou, como a definiu Pio X, a “síntese de todas as heresias” (Encíclica *Pascendi*, 1910). Nesta sociedade moderna contaminada pelas síndromes desagregadora e laicizante, o único vetor legítimo com poder suficiente para interromper este

católicas ditas modernas, liberais e sociais pela defesa enfática e intransigente da integridade doutrinal (ANTOINE, 1980, p.13). As origens do integrismo brasileiro remontariam à renovação católica do início do século XX, cuja marca característica fora a defesa da fé, reconciliada com a razão, pela difusão doutrinária e atuação prosélita dos leigos visando uma recristianização efetiva em todos os seus meios de atuação sócio-político-culturais. Neste sentido, um dos elementos marcantes do integrismo, será o investimento em estratégias eficazes de proselitismo, como o uso abusivo dos meios de comunicação de massa (especialmente os impressos) visando, através da polêmica, difundir amplamente suas idéias e atrair sempre mais os católicos para uma proposta conservadora - e mesmo reacionária - de autocompreensão de Igreja e mundo⁷ (Ver: ANTOINE, PIERUCCI, POULAT [1985] e RÉMOND).

A obra *Revolução e Contra-Revolução* inspira doutrinária e operativamente a *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade* (TFP), associação civil, não dependente da hierarquia católica (porque não subordinada à Igreja), fundada em 26 de julho de 1960. Foi a partir deste “lugar institucional” que seu discurso foi propagado por todo o país, e mesmo pelos cinco continentes, visto a expansão mundial da TFP nas décadas de 1960 e 1970. Líder doutrinário e espiritual de milhares de tefepistas dispersos pelo globo, Plínio foi o sistematizador de um discurso intransigente e dogmático que marcou a história política de vários países. No Brasil, o confronto mais expressivo foi estabelecido entre Plínio (e a TFP) – representante do conservadorismo político e religioso - e as correntes progressistas e reformistas da Igreja e do governo federal empenhados na diminuição, discursiva ou prática, da disparidade social existente no país.

A TEOLOGIA DA HISTÓRIA PLINIANA

processo, o único fator portador da boa ordem sócio-política é a Igreja Católica hierárquica. Desta forma, para a efetiva restauração da civilização cristã (considerada como permeada e regida pela simbologia católica em todas as suas instâncias e instituições) é necessário um esforço pela reconquista ou manipulação do poder político pelos católicos, ou seja, visando a perpetuação de uma tradição declarada “imutável” e totalizante, os integristas estimulam uma recuperação do poder político para fins religiosos. PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da Diferença*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia; Editora 34, 1999.

⁷ Sobre a concepção de autocompreensão de Igreja, ver: SAUCEROTTE, Antônio. As sucessivas autocompreensões da Igreja vistas por um marxista. *Concilium*. Nº 7, p. 906-914, 1971.

O termo teologia designa a ciência/estudo que se ocupa de Deus, de sua natureza e seus atributos bem como de suas relações com o homem e com o universo (DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS), ou ainda remete a um sistema de crenças religiosas acerca de Deus ou remetidas à realidade suprema. Segundo o *Dicionário de Teologia*, que traz esta segunda definição, o termo geralmente é vinculado à fé cristã e à experiência de Deus, com base na auto-revelação divina, cujas “verdades” tendem a ser aplicadas à experiência e ao pensamento humano em todos os âmbitos e instâncias (GRENZ, GURETZKI, NORDLING, 2001, p.128). Neste sentido, a expressão teologia da história estará vinculada a aplicação deste conhecimento acerca de Deus - e de suas relações com o homem e o universo, novamente destacamos -, para a explicação e compreensão do processo histórico desde suas origens (Criação) até o seu pretenso fim (Juízo Final e término da experiência histórica da humanidade).

Destarte, as considerações que pretendemos apresentar sobre o pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira acerca da teologia da história devem considerar suas compreensões sobre a vida e o mundo, bases que ordenarão seu pensamento e, conseqüentemente, sua posição intelectual e pragmática sobre o tema. Declaradamente católico conservador, sua posição vincula-se ao integrismo católico, cuja base é a crença na Criação divina do universo, realizada no período de uma semana, segundo a tradição, e registrada no livro do Gênesis. Da perspectiva judaica exposta no Gênesis, ressignificada e ampliada pelos evangelistas (baseada nos textos do Antigo Testamento e basilar para todos os cristãos), já vemos configurado o conceito de história linear, cujo fundamento é a história como progresso humano (aperfeiçoamento moral visando à salvação e à vida eterna, o que não exclui totalmente o progresso material, mas o torna secundário).

A concepção judaico-cristã de história parte da idéia de que sua fundação foi resultado de uma catástrofe: o pecado original. A partir do pecado primeiro o homem transformou-se num ser miserável, suscetível à doença, à infelicidade, ao medo e à morte, em termos gerais, o pecado original colocou a desordem e a morte no mundo. Este fato teria introduzido o mal na trama dos acontecimentos e estabelecido uma história para o homem, o introduziu na temporalidade. Jean Delumeau, analisando a questão do pecado original, distinguiu as características principais que decorrem da visão cristã sobre este evento: primeiramente esta

doutrina constata a presença marcante do mal, sob as mais variadas formas, em toda a história humana; depois, surge o esforço teológico por indicar o culpado deste erro, o que se fez culpabilizando o homem e eximindo Deus; a terceira característica decorre da afirmação de que a morte do homem é consequência do primeiro pecado; por fim, como forma de alimentar as esperanças nos dias futuros, se proclama a salvação pela ação de um Redentor (DELUMEAU, 2003, p. 476). Esta construção discursiva apresenta o tempo histórico como marcado pelo pecado, iniciado pelo ato de desobediência de Adão e Eva e distinguindo o estado original de perfeição da conseqüente condição da presença dominante do pecado entre os homens, "a Encarnação desencadeia um processo de salvação, de libertação do pecado; o fim dos tempos assinala a condenação definitiva dos pecados e a glória eterna dos não pecadores" (CASAGRANDE; VECCHIO. In: LE GOFF, 2002, p. 337), numa prospecção em que os acontecimentos são explicados, impulsionados, determinados ou não pela situação pecaminosa.

Neste transcurso do homem pela história, está definido um início, o curso linear e irreversível do tempo e o final da história, num período geralmente tido como longínquo. A grande inovação dos cristãos a proposta judaica pré-existente, será de uma vida que se estenderá para além do tempo histórico, ou seja, os evangelistas introduzem a idéia de uma vida futura, pós-materialidade, profetizando uma volta de Cristo (Parúsia) e a ressurreição dos mortos em uma dimensão outra, a dimensão do eterno. Em tal concepção, o processo histórico e a vida material seriam oportunidades oferecidas pela divindade para que os homens pudessem buscar a sua santificação progressiva, visando sempre à salvação eterna. Neste sentido, a história da humanidade se confundiria com a história da salvação, visto que esta seria a finalidade temporal da vida dos homens para a doutrina cristã. O tempo seria o redentor, logo, é estritamente basilar para o cristianismo o trajeto temporal da humanidade. Nas palavras do estudioso Ivan Manoel, "para as doutrinas e teorias religiosas, a história é a condição da existência do projeto salvífico divino e de existência das próprias religiões" (MANOEL, 2006, p. 61). O tempo, nesta sistematização doutrinária, é pleno de sentido. Sua realização é progressiva (linearidade) e também finalista, já que é a realização de um projeto que terá uma consumação final – a salvação ou a danação eternas (dimensão do sem tempo).

Estes e outros pressupostos caracterizam a concepção de história dos cristãos – portanto, do próprio Plínio Corrêa de Oliveira – como teológica (a história seria uma criação divina), escatológica (dirigida para um fim) e soteriológica (seu objetivo é a salvação futura da humanidade). Entretanto, apesar de uma base comum de crenças, ao analisarmos detidamente o pensamento de Plínio percebemos algumas sutilezas que o afastam de outras versões intelectuais cristãs, sem, contudo, romper com os pressupostos pré-estabelecidos pela doutrina que o orienta. A seguir analisaremos alguns destes elementos do pensamento pliniano que configuram sua teologia da história, teologia esta difusa nacional e internacionalmente com a criação de TFP's e entidades congêneres em mais de 20 países de todos os continentes. Neste sentido, a atuação do movimento católico tefepista deve ser interpretada a partir das matrizes filosófica e soteriológica. A compreensão que os tefepistas têm de Igreja e de “verdade” está na raiz de seus projetos de intervenção no campo temporal e em sua idéia de salvação.

O líder dos tefepistas defende que a direção da história pertence ao homem, dotado que é de alma racional e livre. É através de atuação sobre as circunstâncias em que se encontra, sendo influenciado de diversos graus e formas por esta, que o homem comunica aos acontecimentos o seu curso. Plínio complementa que a ação do homem se faz normalmente em função de suas concepções sobre o universo, sobre si e sobre a vida, portanto, poder-se-ia afirmar que seriam as doutrinas filosóficas e religiosas que produzem a direção da história (OLIVEIRA, Outubro/1996. p. 03). Esta compreensão prima pela afinidade com a concepção de história do catolicismo, que também está ancorada na tese de que o homem é o agente da história e de que suas ações são determinadas pela sua consciência, pelo livre-arbítrio. Portanto, a direção de seus atos é determinada pela sua vontade: ou age conforme os preceitos católicos e desta forma seus atos suscitarão o equilíbrio social, ou age contra estes preceitos e gera o caos social (MANOEL, 2004. p. 19/20). Em seu *Auto-retrato filosófico*, Plínio discorre acerca destas questões teológico-filosóficas articulando-as ao que denomina de principais elementos doutrinários da obra *Revolução e Contra-Revolução*, apresentando de modo sucinto as premissas que orientam seu pensamento, e que foram transpostos às suas obras e ações, nos seguintes termos:

- a) a missão da Igreja como única Mestra, Guia e Fonte de Vida dos povos rumo à civilização perfeita;
- b) a contínua oposição das paixões desordenadas, particularmente do orgulho e da luxúria, à influência da Igreja;
- c) a existência, para o espírito humano, de dois pólos opostos, para um dos quais necessariamente rumo: de um lado a Fé católica, que induz ao amor da ordem, da austeridade e da hierarquia; e de outro lado as paixões desordenadas, que induzem ao desbragamento, à revolta contra a lei, contra a hierarquia, contra qualquer forma de desigualdade, e que levam por fim à dúvida e à inteira negação da Fé;
- d) a noção de um processo – entendida a expressão sem prejuízo do livre arbítrio – pelo qual gradualmente os indivíduos ou os povos, sofrendo a atração dos dois pólos opostos, se vão aproximando de um deles e distanciando do outro;
- e) a influência desse processo moral sobre a elaboração de doutrinas. As más tendências inclinam ao erro. As boas tendências inclinam à verdade. (OLIVEIRA, Outubro/1996. p.07)

Esta sistematização, que prima por evidenciar a missão da Igreja neste mundo, bem como as forças contrárias que se configurariam em pólos atrativos aos homens (um instigando à verdade, ao bem, à ordem e, conseqüentemente, à salvação, e outro pendendo ao erro, ao mal, à desordem e à danação eterna) tem inspiração na tese agostiniana da eterna luta entre o bem e o mal, entre o amor de Deus e o amor de si. Para Plínio o amor de Deus e o amor de si são os pilares para a compreensão da história, neste sentido, o autor retoma a dialética agostiniana e a articula ao pensamento de São Luís Maria Grignon de Montfort (1673-1716), que apresenta em suas obras e reflexões a intrínseca “inimizade” entre a Virgem e a Serpente como fator decisivo do curso dos acontecimentos e que se estenderá até o fim da história⁸. Esta antítese seria a fatora de uma divisão da própria humanidade derivada do conflito inicial, exposto no livro do Gênesis. Neste sentido, a direção da história acaba sendo balizada entre estas duas opções, entre a Cidade de Satanás (terrena) e a Cidade de Deus (celeste).

ou o mundo se converte e reproduz fielmente a visão agostiniana da Civitas Dei, em que cada povo leva o amor e Deus a ponto de renunciar a tudo quanto lese aos outros povos; ou pelo contrário, o mundo será aquela cidade

⁸ “Deus estabeleceu inimizades, antipatias e ódios secretos entre os verdadeiros filhos e servos da Santíssima Virgem e os filhos e escravos do demônio”. MONTFORT, São Luís Maria Grignon de. *Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem*. 29ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 56.

do demônio, em que todos levam o amor de si mesmos a ponto de se esquecerem de Deus (OLIVEIRA, Apud: MATTEI, 1997. p. 325).

A dialética agostiniana das duas cidades foi resgatada pelos católicos na busca pela explicitação da situação de cada homem neste mundo de provação – ou vive-se em função da cidade celeste, encarando cada ato como possibilidade de santificação – individual ou coletiva -, ou vive-se em função da cidade terrena. Pautando-se também por esta visão dualista do mundo, os integristas defenderão que o mundo é palco onde se opõe a verdade e o erro. Tudo que não adere inteira e explicitamente à verdade se vincularia ao erro e deveria ser combatido sem piedade. Esta perspectiva induz a um comportamento militante, intransigente: se esforça para compreender o “outro” como traidor da verdade e recusa a toda tentativa de conciliação, tida como abdicação. Deste modo, o retorno a tradição a que tanto se dedicam os autodenominados católicos “integrais” significaria também uma restauração: de um modelo de sociedade, de uma proposta de governo, de um modelo de Igreja, de um modelo de salvação (RÉMOND, 1989, p. 97ss). O líder da TFP ainda esclarece que a vida terrena se diferencia profundamente da vida eterna, mas enfatiza que estas duas vidas não constituem dois planos isolados. Pelos desígnios da providência foi estabelecida uma relação íntima entre a vida terrena e a vida eterna, de maneira que a primeira é o caminho e a segunda é o fim, “o Reino de Cristo não é deste mundo, mas é neste mundo que está o caminho pelo qual chegaremos até ele” (OLIVEIRA, Janeiro/2001). Em decorrência, toda a atuação social deve orientar-se para a santificação individual ou coletiva dos homens, para conduzi-los à salvação eterna. Toda a ordem temporal deve participar deste esforço através de sua adequação ao princípio de ministerialidade, ou seja, a ordem temporal deve servir aos desígnios de Deus e da verdadeira Igreja, pois estes desígnios são mais elevados do que a ordem temporal, já que se inserem na ordem sobrenatural. Enfaticamente, “a sociedade e o Estado devem ser, a seu modo, instrumentos de santificação das pessoas, ajudando-as a atingir seu fim último que é alcançar o Céu” (Nota da Redação. In: OLIVEIRA, Outubro/1998. p. 16).

Tais considerações, aliadas à crença de história linear, remetem ao tema do progresso e à própria história como devir progressivo. Como já aludimos, o progresso preconizado pelos cristãos não desconsidera os avanços materiais, entretanto, seu objeto é o aperfeiçoamento

espiritual, essencialmente a aproximação dos homens com Deus, conforme os propalados planos da divina providência para a humanidade. O próprio Plínio enfatiza, em vários de seus textos, que o autêntico progresso cristão deve considerar que o homem está num vale de lágrimas para expiar seus pecados, para aperfeiçoar todas as suas potências rumo à perfeição moral e a conseqüente salvação. Portanto, mais do que progresso material é o progresso moral que deve ser privilegiado com vistas à vida eterna. Se o progresso espiritual/moral é apresentado como meta em uma trajetória linear, deve chegar ao cume e, conseqüentemente, ao seu fim, em algum momento futuro. Esta teologia da história católica/pliniana incide em outro arsenal interpretativo que se configura também como uma filosofia da história que, segundo Ivan Manoel, reforça e estabelece que “o processo histórico é teleológico, sendo, portanto, o processo de revelação de Deus ao longo do tempo; é escatológico, porque conduz inevitavelmente ao fim dos tempos e é soteriológico, porque é essencialmente o processo de salvação das almas” (MANOEL, 2004, p. 17). Ivan Manoel também destaca, em seu estudo sobre tempo e eternidade no pensamento católico, que a filosofia da história de matriz católica tem como princípios a tese de que o universo foi criado por um ato de livre vontade de Deus; que o homem se encontrará diante do criador no Julgamento Final, momento em que os bons serão salvos e os maus castigados por toda a eternidade; e, por fim, que o trajeto do homem em direção a Deus se realiza pela história, num trajeto retilíneo. Conforme o autor:

no intervalo entre o início e o final do processo (entre a Criação-Queda e a Parúsia), a história da homem é a sua marcha progressiva em direção ao maior aperfeiçoamento possível (aperfeiçoamento que é denominado santificação), para permitir o ingresso na eternidade, ao lado de Deus. Por isso, segundo a doutrina católica, a verdadeira história do homem é aquela que permite a plena realização do projeto salvífico do Criador, e a salvação somente poderá ser realizada historicamente, isto é, no interior da marcha progressiva do homem na temporalidade. (MANOEL, 2004, p.16)

Tais considerações se conjugam com a interessante proposta de Vicente Dobroruka que, em texto dedicado ao tema do tempo, historiografia e especulação, defende a conveniência e, porque não, necessidade de não haver uma rígida separação entre as especulações acerca do tempo (filosofias da história), suas origens e seus fins, das reflexões historiográficas. Sua análise ressalta que as concepções de tempo cíclicas ou lineares têm

relações muito próximas, muitas vezes imbricadas e extremamente significativas. No estudo das escatologias religiosas ou seculares, por exemplo, o autor demonstra como fica patente a união entre as compreensões vetoriais e circulares de tempo, visto que muitas vezes o futuro é vislumbrado nas idéias sobre o passado: *“toda concepção escatológica é uma visão do passado e das origens, tanto quanto do futuro”* (DOBRORUKA, 2004, p. 210).

Neste sentido, também as considerações de Reinhart Koselleck nos parecem salutares para a compreensão do tema. O estudioso da história dos conceitos propõe que todas as histórias foram construídas pelas experiências e expectativas dos homens, que não se poderia pensar o tempo e a história sem valorizar o papel destes vetores. Em suas considerações, o autor defende a utilização das categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” como adequadas para pensarmos o tempo histórico porque articulam o passado e o futuro, o hoje (constituído pelo que passou) e o amanhã (que nos mobiliza) (KOSELLECK, 2006, p.305ss). No caso em questão, a teologia da história pliniana, vemos a adequação imediata das categorias propostas por Koselleck, já que os tefepistas partem de uma compreensão do passado (vivência e conhecimento) para pensar e articular o futuro (o horizonte de expectativa que visa a salvação). Com base em tais pressupostos a ação cotidiana ficaria balizada entre estes vetores, bem como instigada pelo desejo de uma eternidade de benesses que, para se concretizar, necessita de boas ações, de ações condizentes com a Cidade de Deus, nos termos agostinianos. Considerando a história como escatológica, teológica e soteriológica, os cristãos são informados acerca do passado, presente e futuro e, principalmente, informados de que suas ações e pensamentos são determinantes para o porvir – daí o pragmatismo da teologia da história no dia-a-dia tefepista, daí sua possível força persuasiva e/ou mobilizadora de ações individuais e coletivas.

Retomamos tais pressupostos, já mencionados anteriormente, para lançar, como finalização destas reflexões, uma questão posta por Manoel em um artigo em que compara as filosofias da história e as religiões. Sua tese, neste texto é de que há que se fazer um diálogo entre as filosofias da história e as religiões visando compreender como doutrinas que se querem tão distantes e essencialmente diversas comportam sim elementos de aproximação e que um debate mais pormenorizado acerca de suas similitudes e diversidades contribui e muito para o debate intelectual contemporâneo. Filosofias da história laicas ou religiosas se

ancoram em concepções do passado e presente que forjam, em seu arsenal discursivo, prospecções para o futuro (triumfo da liberdade, democracia e igualdade e/ou Reino de Cristo), portanto, trabalham com referenciais próximos que indicam, para além de suas peculiaridades, um desejo do homem em entender o processo histórico e, de alguma forma, conceber seu futuro. Este debate, que acreditamos ser extremamente profícuo, incide também no questionamento sobre a necessidade ou a busca de respostas que possam não apenas situar os homens no hoje, mas também vislumbrá-lo no amanhã, no porvir que, através destas concepções, se torna claro, conhecido previamente e, especialmente, inelutável. Neste sentido, findo com a assertiva de Manoel deixando e leitores o questionamento do autor sobre a força e as implicações das teologias/filosofias da história no cotidiano da humanidade, esperançosa por respostas e certezas. Salienta o autor, “*se o percurso é prefixado e se a meta será inexoravelmente alcançada, não há espaço para as possibilidades nem para a liberdade humana*”. (MANOEL, 2006, p. 80)

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de, ... [et al]. *Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro pós-1930*. Edição ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Ed FGV; CPDOC, 2001.

ANTOINE, Charles. *O integrismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

ASSOCIAÇÃO DOS FUNDADORES DA TFP – TRADIÇÃO FAMÍLIA PROPRIEDADE. *Plínio Corrêa de Oliveira dez anos depois...* São Paulo: [s.n.], 2005.

BARREIROS, Tomás Eon. *Depoimento: Vivência na TFP I* [Curitiba], 12 out. 2004. Entrevista concedida a Gizele Zanutto [com complementações do entrevistado].

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *O Influxo Ultramontano no Brasil: O pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2005.

CASTRO, Marcelo Lúcio Ottoni de. *Política e Imaginação: Um estudo sobre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)*. 1991. Dissertação (Mestrado em História Política do Brasil) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

DELUMEAU, Jean. *Mil Anos de Felicidade. Uma história do Paraíso*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____. *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)*. II Volumes. Bauru: EDUSC, 2003.

DIAS, João Scognamiglio Clã (Dir). *Como ruiu a Cristandade Medieval?* São Paulo: Edições Brasil de Amanhã, s.d.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

DOBRORUKA, Vicente. Considerações sobre o pensamento trinitário de Joaquim de Fiore. *Revista Múltipla*, Brasília 5 (8), p. 9-27. Julho 2000.

_____. *Post-scriptum – tempo, historiografia e especulação*. In: *História e Milenarismo: ensaios sobre tempo, história e o milênio*. Brasília: Editora UnB, 2004. p. 195-211.

GARCIA-PELAYO, Manuel. *Los mitos políticos*. Madri: Alianza Editorial, 1981.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GRENZ, Stanley J. GURETZKI, David. NORDLING, Cherith Fee. *Dicionário de Teologia*. São Paulo : Editora Vida, 2001.

LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean-Claude (Coord). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. II Volumes. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LIMA, Lizanias de Souza. *Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do Século XX*. 1984.

Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

MANOEL, Ivan Aparecido. *O pêndulo da história: Tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá: EDUEM, 2004.

_____. Seria a religião uma filosofia da história? Ou seria o inverso? In: MANOEL, Ivan Aparecido. FREITAS, Nainora M. B. de. *História das Religiões*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 57-82.

MONTFORT, São Luís Maria Grignon de. *Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem*. 29ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

MATHER, George A & NICHOLS, Larry A. *Dicionário de Religiões, Crenças e Ocultismo*. São Paulo : Editora Vida, 2000.

MATTEI, Roberto de. *O Cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997.

MOURA, Odilão. *As idéias católicas no Brasil: direção do pensamento católico no Brasil do século XX*. São Paulo: Convívio, 1978.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da Diferença*. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia; Editora 34, 1999.

POULAT, Emile. Compreensão histórica da Igreja e compreensão eclesiástica da história. *Concilium*. Nº 7, p. 811-824, 1971.

_____. Intégrisme. In: *Encyclopaedia Universalis*. Vol. 9. Paris: Encyclopaedia Universalis, 1985. p. 1246-1249.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Revolução e Contra-Revolução*. 4ª edição. São Paulo: ARTPRESS, 1998.

_____. Auto-retrato filosófico. *Catolicismo*, São Paulo, nº 550, p. 02-33. Outubro/1996.

_____. Cristandade: sacralidade na ordem temporal. *Catolicismo*, São Paulo, nº 574, p. 16-32. Outubro/1998.

_____. A Cruzada do Século XX. *Catolicismo*. Janeiro de 2001, nº 601. Disponível em: <<http://www.pliniocorreadeoliveira.info/artigoscatolicismo.asp>>. Acesso em 26/abril/2005.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da Diferença*. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia; Editora 34, 1999.

RÉMOND, René. L'intégrisme catholique. Portrait intellectuel. *Études*. Tome 370, nº 1 (3701), p. 95-105, Paris, janvier 1989.

RICHARD, Pablo. *Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

SAUCEROTTE, Antônio. As sucessivas autocompreensões da Igreja vistas por um marxista. *Concilium*. Nº 7, p. 906-914, 1971.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. *Estatutos Sociais*. Registrado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos – Registro Civil de Pessoas Jurídicas, da Comarca de São Paulo em 30 de setembro de 1960. [Registro de 30/janeiro/2004].

_____. *Um homem, uma obra, uma gesta: Homenagem das TFP's a Plínio Corrêa de Oliveira*. São Paulo: Ed. Brasil de Amanhã, s.d.

TAVEIRO, Eloi de Magalhães. Plínio Corrêa de Oliveira: Um resumo biográfico. *Catolicismo*. São Paulo, Ed. Padre Belchior de Pontes LTDA, Ano LI, nº 610, pp. 17-27, Outubro/2001.

VALADARES, Paulo. *A Presença Oculta: Genealogia, Identidade e Cultura Cristã-Nova brasileira nos séculos XIX e XX*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2007.

ZANOTTO, Gizele. *Tradição, Família e Propriedade (TFP): As idiossincrasias de um movimento católico*. 2007. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.